

FESTEJAR É RESISTIR: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E CULTURA NAS FESTAS POPULARES E RELIGIOSAS DA CIDADE DE GOIÁS

74

Celebrating is resisting heritage education, memory and culture in the popular and religious festivals of Goiás City

Festejar es resistir: educación patrimonial, memoria y cultura en las fiestas populares y religiosas de la Ciudad de Goiás

Valdemiro José Marçal

Universidade Estadual de Goiás
Campus Cora Coralina, Goiás, GO, Brasil
marcal62@yahoo.com.br

Prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva

Universidade Estadual de Goiás
Campus Cora Coralina, Goiás, GO, Brasil
valtuir.silva@ueg.br

RESUMO

O artigo desenvolve uma análise crítica da Educação Patrimonial a partir das festas populares e religiosas na Cidade de Goiás, compreendendo-as como manifestações culturais vivas que articulam memória, identidade e resistência. Fundamentado em uma perspectiva interdisciplinar, sustenta que o ato de festejar é também um processo formativo e político. As celebrações festivas — religiosas ou populares — são abordadas como verdadeiros “lugares de memória” e espaços educativos que favorecem o exercício da cidadania cultural. A proposta metodológica aponta a escola como mediadora crítica e dialógica, comprometida com os saberes comunitários e com vozes historicamente marginalizadas. Ao articular as diretrizes da BNCC e o marco legal da proteção do patrimônio, propõe-se uma pedagogia sensível que incorpora o território e o tempo festivo como dimensões curriculares. Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial configura-se como instrumento decolonial e libertador, voltado à formação de sujeitos engajados, críticos e enraizados culturalmente.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Festas Populares. Memória Cultural. Identidade e Resistência.

ABSTRACT

The article develops a critical analysis of Heritage Education based on the popular and religious festivals of the City of Goiás, understanding them as living cultural manifestations that articulate memory, identity, and resistance. Grounded in an interdisciplinary perspective, it argues that the act of celebrating is also a formative and political process. During festive celebrations — whether religious or popular — they are approached as true “places of memory” and educational spaces that promote the exercise of cultural citizenship. The methodological proposal positions the school as a

critical and dialogical mediator, committed to community knowledge and historically marginalized voices. By articulating the BNCC guidelines and the legal framework for heritage protection, it proposes a sensitive pedagogy that incorporates the territory and festive time as curricular dimensions. From this perspective, Heritage Education is configured as a decolonial and freeing instrument, aimed at the formation of engaged, critical, and culturally rooted subjects.

Keywords: Heritage Education. Popular Festivals. Cultural Memory. Identity and Resistance.

RESUMEN

El artículo desarrolla un análisis crítico de la Educación Patrimonial a partir de las fiestas populares y religiosas en la Cidade de Goiás, comprendiéndolas como manifestaciones culturales vivas que articulan memoria, identidad y resistencia. Fundamentado en una perspectiva interdisciplinaria, sostiene que el acto de celebrar constituye también un proceso formativo y político. Las celebraciones festivas —religiosas o populares— son abordadas como verdaderos “lugares de memoria” y espacios educativos que favorecen el ejercicio de la ciudadanía cultural. La propuesta metodológica sitúa a la escuela como mediadora crítica y dialógica, comprometida con los saberes comunitarios y con las voces históricamente marginadas. Al articular las directrices de la BNCC y el marco legal de protección del patrimonio, se propone una pedagogía sensible que incorpora el territorio y el tiempo festivo como dimensiones curriculares. En esta perspectiva, la Educación Patrimonial se configura como un instrumento decolonial y emancipador, orientado a la formación de sujetos comprometidos, críticos y culturalmente arraigados.

Palabras clave: Educación Patrimonial. Fiestas Populares. Memoria Cultural. Identidad y Resistencia.

INTRODUÇÃO

Na Cidade de Goiás, o patrimônio cultural vai além das construções tombadas e se manifesta nas práticas vivas, sobretudo nas festas populares e religiosas, que permeiam ruas, corpos e calendários. Este artigo propõe uma abordagem crítica e interdisciplinar da Educação Patrimonial, entendendo-a como uma prática pedagógica emancipadora enraizada nas experiências culturais e memórias coletivas locais. As festas — como o Carnaval, a Procissão do Fogaréu, a festa junina da Rua do Capim e a Festa de Nossa Senhora Aparecida em Areias — são vistas como linguagens educativas e espaços simbólicos de disputa, onde se articulam passado e presente, tradição e transformação. Com base em autores como Paulo Freire (1996), Stuart Hall (2006), Pierre Nora (1993) e Tolentino (2016), a análise aponta o potencial pedagógico dessas celebrações festivas para pensar a escola como instância

formativa sensível à diversidade cultural e comprometida com os saberes populares.

A Educação Patrimonial aqui defendida rompe com o ensino tradicional e se transforma em uma pedagogia do sensível, da escuta e da presença no território. As festas são entendidas como “lugares de memória” (Nora, 1993), que atualizam valores comunitários e formam subjetividades. Em vez de apenas conservar, trata-se de reconhecer os sentidos atribuídos ao patrimônio pelos sujeitos historicamente silenciados — mulheres, negros, jovens e classes populares — protagonistas das celebrações que estruturam a vida comunitária. Nesse sentido, Tolentino (2016, p. 40) afirma que a educação patrimonial deve partir das referências culturais “conformadas socialmente com a participação efetiva dos detentores e produtores dessas mesmas referências, por meio de um processo permeado de consensos e conflitos”.

Metodologicamente, o território é compreendido como currículo e a cidade se transforma em sala de aula viva.

Fundamentada em uma pedagogia freireana, crítica e decolonial, a proposta metodológica articula pesquisa, escuta comunitária, produção criativa e devolutiva social, alinhando-se à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) às diretrizes da legislação de proteção do patrimônio cultural. Com apoio de autores como Florêncio (2009), Scifoni (2010), Tolentino (2019), Castriota (2009) e Pollak (1989), o texto defende que incluir as festas no processo educativo é reivindicar o direito à memória, à identidade e à participação na produção de sentidos culturais. Festejar, nesse contexto, não é fuga do cotidiano, mas sua reinvenção — e é nessa premissa que a Educação Patrimonial encontra terreno fértil para formar sujeitos críticos, conscientes e culturalmente enraizados.

Marco legal da Educação Patrimonial no Brasil

A Educação Patrimonial no Brasil é instituída por um conjunto de leis, decretos e diretrizes que visam garantir a proteção e valorização do patrimônio cultural. Entre os principais instrumentos normativos, destaca-se o Decreto-Lei

nº 25, de 1937, que regulamenta a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, bem como a Constituição Federal de 1988, que trata da cultura em seu artigo 216.

Posteriormente, a Portaria nº 137/2016 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) define diretrizes específicas para a prática da educação patrimonial no âmbito do próprio instituto e das Casas do Patrimônio. Esses dispositivos legais são complementados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, reforçando o papel das instituições educacionais na promoção da valorização e preservação dos bens culturais, tanto materiais quanto imateriais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, propõe uma educação orientada pelo desenvolvimento de competências amplas, que vão além da simples memorização de conteúdo. A ênfase recai sobre a formação integral do estudante, promovendo a articulação entre saberes cognitivos, afetivos, sociais, culturais e éticos, de modo a preparar o indivíduo para os desafios contemporâneos e para uma participação cidadã ativa e crítica.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial, quando vinculada a manifestações culturais, como as festas de Nossa Senhora Aparecida, a Procissão do Fogaréu, a festa de São João da Rua do Capim, o Carnaval e tantas outras expressões culturais de Goiás, constitui-se como ferramenta pedagógica eficaz. Ao integrar essas experiências ao cotidiano escolar, promove conhecimentos historicamente construídos, o reconhecimento das diversas manifestações culturais e o respeito à pluralidade de saberes e vivências. Tais práticas contribuem para o fortalecimento do repertório cultural dos estudantes, para a compreensão crítica da realidade e para a construção de projetos de vida que considerem a diversidade cultural como um bem coletivo.

Essas competências podem ser exploradas a partir de práticas pedagógicas interdisciplinares que mobilizem conteúdos e habilidades de diferentes áreas do conhecimento, promovendo o protagonismo estudantil na construção do conhecimento.

A memória coletiva não é um depósito estático de lembranças, mas um campo de disputas e reconstruções constantes. Ao incluir festas populares e religiosas como conteúdo escolar, rompe-se com a ideia de conhecimento imutável e convidam-se os estudantes a interpretar, sentirem e reconstruírem o passado por meio das suas próprias experiências. Ademais, a proposta de Educação Patrimonial aqui delineada tem como foco o estudo das festas da Cidade de Goiás, interpretando seus rituais como expressões simbólicas que comunicam pertencimento, resistência e memória coletiva. Trata-se de um convite à leitura da cultura como uma narrativa viva, estampada nos corpos em movimento durante as procissões, nas danças populares, nos cantos entoados e nos múltiplos signos visuais que compõem o universo festivo.

Assim, a inserção das festas populares e religiosas na prática escolar não é apenas legítima — é um direito cultural garantido em lei. Cabe à escola reconhecer esse direito, ressignificá-lo em sua proposta pedagógica e transformar os espaços festivos em espaços de aprendizagem coletiva. Segundo D'Abadia (2010, p. 76), "o espaço produzido por meio das festas é uma construção simbólica, ritualística, dinâmica, econômica, política e social".

Educação Patrimonial e memória nas celebrações populares na Cidade de Goiás

As festas populares e religiosas da Cidade de Goiás representam um dos elementos mais significativos do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Elas extrapolam o caráter recreativo ou ritualístico e assumem dimensões educativas, políticas e até mesmo identitárias. Com base nisso, este subtópico busca discutir como essas manifestações, enraizadas no território e na memória coletiva, podem ser integradas à educação patrimonial de forma crítica e dialógica, valorizando os saberes locais e potencializando o papel formativo da escola no reconhecimento e preservação dessas práticas culturais.

A festa é ainda mediadora entre os anseios individuais e os coletivos, mito e história, fantasia e realidade, passado e presente, presente e futuro, nós e os outros, por isso mesmo revelando e exaltando as contradições impostas à vida humana pela dicotomia natureza e cultura [...] (Amaral, 1998, p. 52).

A cidade torna-se, assim, uma sala de aula a céu aberto e, desse modo, a festa — mais que um evento — transforma-se em metodologia: uma pedagogia dos sentidos, do pertencimento e da ancestralidade. Para que isso se concretize, é preciso romper com um ensino fragmentado, disciplinar e distante da realidade dos estudantes locais.

A Cidade de Goiás, com seu calendário litúrgico-popular repleto de sentidos, oferece um campo privilegiado para a articulação entre memória, identidade e educação. As festas populares não são meras “tradições folclóricas”, mas expressões de um patrimônio que se constrói no entrelaçamento entre fé, estética, resistência e comunidade. Segundo os postulados de Nora (1993, p. 9), “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto”.

As festas são “lugares de memória” que condensam tempos, afetam corpos e reconfiguram espaços. A escola, por sua vez, precisa aprender a habitar esses tempos e espaços com escuta, respeito e criatividade. De acordo com Freire (1996, p. 4), o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, “interpretado, escrito” e “reescrito”.

Nos estudos de Amaral (1998, p. 2), [...] “há ainda uma escassez de reflexões teóricas sobre as festas, que aparecem quase sempre inseridas esparsamente em estudos sobre rituais e/ou sobre religiões”. As festas populares brasileiras, como as da Cidade de Goiás, constituem um texto vivo e metodológico que transcende não apenas os valores culturais goianos, mas também representam uma pedagogia contagiante, capaz de se transformarem em conhecimento e em formação integral do cidadão. Uma pedagogia crítica que questiona o currículo, que permite a escuta do tamborim, o coral e o silêncio reverente dos que sobem as escadarias da Igreja de Nossa Senhora Aparecida

de Areias com velas nas mãos. Além disso, reconhece que, onde há cultura viva, há eficácia pedagógica.

O ato de festejar brasileiro, por suas características “peculiares”, longe de representar uma prática alienante, constitui-se no que define Amaral (1998) como uma forma de “aprendizado da cidadania e apropriação” crítica da “própria história por parte do povo”. Falar de festa como patrimônio imaterial é, antes de tudo, falar de cultura, mas de uma cultura que não se encerra em museus, documentos e decretos de tombamento - uma cultura que respira nas ruas e praças, nas máscaras, nos incensos, nos tambores e nos corpos que dançam e encenam. Isso é a cultura viva, que resiste, que transmuta o tempo e que forma subjetividades. Nesse sentido, Hall (1997, p. 22-23) afirma que “a cultura está presente nas vozes e imagens incorpóreas [...] a cultura aprofunda-se na mecânica da própria formação da identidade”.

Dessa forma, a Cidade de Goiás é um arquivo a céu aberto, onde essas identidades são negociadas a cada ano, nas festas do Carnaval, nas encenações noturnas da Procissão do Fogaréu, na intensidade simbólica da Semana Santa, na fé coletiva vivida na festa de Nossa Senhora Aparecida em Areias como na festa junina da Rua do Capim. Esses eventos resumem as práticas culturais que constroem e contestam o que se entende como tradição, patrimônio e pertencimento. A respeito disso, Tamaso (2011, 2011, p. 2) afirma que “as definições do termo festa podem ser sumariamente resumidas em: transgressão da ordem, estado de efervescência coletiva, ritual coletivo, fortalecimento dos laços sociais coletivos”.

Nesse contexto, o quadro a seguir apresenta as principais festas realizadas na cidade de Goiás:

Quadro 1: Principais festas populares e religiosas que são realizadas em Goiás:

Festas	Local
Carnaval	No Centro histórico e Praça de Eventos
Celebração da Semana Santa	No Centro histórico e Praça Brasil Caiado
Festa – Folia do Divino	Na Cidade de Goiás e distritos
Festa de Santa Rita	Praça Jornalista Goiás do Couto - João Francisco
Festa de Santo Antônio	Rua da Santa Bárbara e entorno da cidade
Festa de São Benedito	Setor Papyrus
Festa de São João Batista	Praça do Capim
Festa de São Pedro	Rua Alto Santana – Setor Alto Santana
Festa de Sant’Ana (Padroeira do Estado Goiás)	Igreja Catedral – Centro Histórico
Festa da Abadia	Rua da Abadia – Centro Histórico
Festa de Nossa Senhora da Guia	Setor Bacalhau
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Igreja do Rosário – Centro Histórico
Festa de Nossa Senhora Aparecida	Povoado de Areias
Festa de Santa Bárbara	Igreja de Santa Bárbara – Setor Santa Bárbara
Festa de Santa Luzia	Sede da Associação de Santa Luzia – Centro Histórico

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Nesse sentido, o conceito de memória social é central, pois a memória não é apenas um registro do passado, mas um campo de disputas simbólicas que se ancoram em “lugares de memória” espaços, objetos, rituais e práticas que concentram afetos e significados coletivos.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas formações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (Nora, 1993, p. 9).

As festas populares e religiosas se constituem como “lugares de memória”, pois é nelas que a população reescreve sua história, atualiza símbolos e reafirma valores comunitários. E é nesse contexto que a escola e o professor podem e devem atuar, não como transmissores de uma memória cristalizada, mas como mediadores de um processo crítico de reconstrução da história coletiva. De acordo com a pedagogia de Freire (1996), “ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas”.

A Educação Patrimonial surge como um campo interdisciplinar que articula história, geografia, antropologia, arte, literatura e pedagogia, buscando

Revista MIRANTE, Anápolis / GO, v. 19, n. 2, maio de 2026.

desenvolver nos sujeitos a consciência crítica sobre os bens culturais e sua relação com os territórios.

Nos processos educativos formais ou não formais que lidam com o patrimônio cultural, essas forças e relações conflituosas precisam ser consideradas, de modo que o processo de conformação e apropriação dos patrimônios culturais seja resultado de um trabalho reflexivo e crítico (Tolentino, 2019, p. 144).

Tolentino (2019) rompe com a ideia de patrimônio como algo fixo, monumental e oficial. Propõe uma abordagem decolonial, que valoriza o patrimônio imaterial, o saber popular, os territórios da fé e da festa. É nesse ponto que as festas populares e religiosas da Cidade de Goiás se tornam espaço privilegiado para o trabalho pedagógico.

A proposta de ampliação da educação patrimonial surge como uma nova pedagogia, ao integrar o espaço urbano como um lugar de aprendizagem sensível e contínua. Destaca-se que o patrimônio é um campo de disputas e significações que se manifesta na paisagem.

Ao incorporar processos educativos não formais, possibilitou, também, reconhecer muitas ações inovadoras desenvolvidas por grupos, coletivos e movimentos sociais que mobilizam os sujeitos sociais na identificação, na valorização e na proteção de sua cultura (Scifoni, 2022, p. 4).

A festa nesse cenário é um campo de disputa simbólica, uma vez que revelam os dilemas da patrimonialização: o que se preserva, o que se esquece, o que se reinventa. Para Castriota (2009, p. 194) “não há nenhuma tentativa de caracterização socioespacial mais precisa, nem a análise da apropriação dos espaços das regiões, com o registro, por exemplo, da vida das ruas dos bairros, suas feiras, festas e festivais”.

Portanto, a escola não pode atuar apenas como reprodutora de uma narrativa oficial sobre o patrimônio, ela como espaço de construção do saber deve fomentar o debate, promover escuta ativa, incentivar a produção de narrativas alternativas. Dessa forma, a instituição escolar precisa:

Romper com a mentalidade autorizada é papel de uma nova pedagogia do patrimônio que se proponha a ser crítica. É um exercício diário de reflexão e questionamento sobre o que é patrimônio e o que é possível falar sobre ele, tornando esse ato comunicativo um processo crítico, dialógico e, portanto, político (Scifoni, 2022, p. 3).

Ao trabalhar com a memória das festas, o professor precisa estar atento aos silêncios, às ausências, aos sujeitos que não aparecem nos discursos oficiais. A Educação Patrimonial, quando crítica, permite dar voz a esses sujeitos ocultados, mulheres, negros, jovens, pobres que também fazem a festa e, muitas vezes, não são reconhecidos como produtores de patrimônio. Nesse processo, a memória também é território de conflito. Conforme ressalta Pollak (1989, p. 204), “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que a ela é articulada, em que ela está sendo expressa”. Em sua concepção, a memória não é neutra, mas construída seletivamente.

Os estudos de Eliade (1992, p. 14-15), ampliam esse debate ao propor que os rituais e festas religiosas constituem verdadeiras “rupturas no tempo profano”, instaurando um tempo mítico, sagrado e regenerador, uma vez que “[...] o sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo da sua história”. Ao compreender a festa como rito, a escola pode trabalhar o tempo simbólico, os ciclos da natureza e as mitologias fundadoras. Pode ensinar que o Carnaval ou o Arraiá do Capim não são só dança; é crítica, inversão, subversão. Que a Procissão do Fogaréu não é só teatro; é sacralização do espaço urbano, é rito de passagem, é performance da fé.

Sobre a interpretação das culturas populares, observa-se que:

A festa é uma viagem: vai-se a ela e ali transita-se entre seus lugares. Por isso o desfile, o cortejo, a procissão, a folia e tudo o mais que possibilite fazer deslocar, entre as pessoas e pelos lugares que a própria festa simbolicamente reescreve e redefine: sujeitos, cerimônias e símbolos (Brandão, 1989, p. 7).

A cidade se reinventa com a festa e a escola, interage a essa reinvenção, pode tornar-se também espaço de transformação. A festa educa, mas, para que isso aconteça, é preciso criar metodologias que articulem o sensível e o político, o vivido e o que é refletido. A pedagogia precisa caminhar com a comunidade, escutar seus tambores, compreender seus silêncios, respeitar seus ritmos. Dessa forma, ressalta-se também que:

A festa quer lembrar. Ela quer ser memória do que os homens teimam em esquecer – e não devem – fora dela. Séria e necessária, a festa apenas quer brincar com os sentidos, o sentido e o sentimento. E não existe nada de mais gratuito e urgentemente humano do que exatamente isto (Brandão, 1989, p. 10).

Tamaso (2020) propõe pensar o patrimônio como processo e não como coisa. Para ela, é preciso deslocar o foco da conservação para a vivência, da materialidade para a experiência. D’Abadia (2010), estuda as festas religiosas como expressão da territorialidade da fé, destacando como elas moldam o espaço urbano e constituem práticas de resistência cultural. Amaral (1998), ao analisar os significados do festejar brasileiro, afirma que a festa é também lugar de negociação entre o passado e o presente, entre o mito e a política.

Sob essa ótica, abordar a festa em sala de aula não se limita à preservação em si, mas envolve também a compreensão de seus significados culturais, sociais e históricos, permitindo que os estudantes estabeleçam conexões entre o passado e o presente e reconheçam seu papel na continuidade dessas tradições. Trata-se de compreender, tensionar e problematizar. A educação patrimonial, nesse sentido, configura-se como uma pedagogia da presença e da escuta, atuando como ferramenta de formação crítica e convite à cidadania ativa. Mais do que preservar, a festa propõe um modo de produzir conhecimento enraizado nas experiências do território, valorizando as memórias, saberes e práticas que nele se constituem. Segundo os estudos de Tolentino Tolentino (2016, p. 43) “a educação patrimonial é pensada a partir de um patrimônio cultural já eleito, fetichizado, cabendo ao aluno aceitá-lo e preservá-lo, mesmo que não se identifique com esse patrimônio nem se reconheça nele”.

A Educação Patrimonial precisa ser mais que um instrumento burocrático de proteção. Ela deve, sobretudo, atender aos anseios da sociedade, reconhecer a pluralidade cultural e promover a participação ativa das comunidades na construção do significado do patrimônio. Assim, ao incluir as festas populares no currículo, a escola contribui para fortalecer a autonomia e a consciência crítica dos sujeitos, possibilitando que reconheçam seu papel como herdeiros e produtores do patrimônio cultural local.

Proposta metodológica: Educação Patrimonial crítica e interdisciplinar

A Educação Patrimonial é uma ferramenta decisiva na construção da cidadania, por ser uma prática pedagógica pautada numa perspectiva da decolonialidade, em que o educando desempenha papel ativo no processo de construção do conhecimento e aprendizagem significativa. Essa educação deve estar comprometida com a transformação social e com a formação crítica de cidadãos capazes de ler, interpretar, questionar e intervir no seu meio sociocultural e político, para além do seu patrimônio cultural. Deve possibilitar ao educando a definição de valores patrimoniais, visando também à gestão, à proteção, à preservação e à salvaguarda.

Na visão do Instituto de Patrimônio Histórico e Cultural e do Ministério da Cultura:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (IPHAN – MINC, 2015, p. 4).

No ambiente escolar, falar sobre patrimônio cultural exige muito mais do que organizar atividades de “resgate” cultural ou visitas esporádicas a museus. Exige compromisso com o território, escuta ativa da comunidade e metodologias que valorizem o saber sensível. A educação patrimonial deve ser tratada como uma prática pedagógica contínua e transformadora, integrando diferentes componentes curriculares e promovendo o protagonismo juvenil. Nesse sentido, a pedagogia freireana constata que a prática metodológica é premente e ressalta que:

A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje. É exatamente esta permanência do hoje neoliberal que a ideologia contida no discurso da “morte da História” propõe (Freire, 1996, p. 24).

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) abre caminhos para isso, ao defender uma formação integral, crítica e cidadã, que valorize a cultura local e

incentive a leitura de mundo a partir do cotidiano dos estudantes. Uma das dez competências gerais da base, segundo a BNCC (2018, p. 9) é “valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural”.

Pode-se admitir que as festas populares da Cidade de Goiás — como o Carnaval, a Procissão do Fogaréu, a festa de São João da Rua do Capim e a Festa de Nossa Senhora Aparecida em Areias — constituem um território de possibilidades pedagógicas interdisciplinares. A partir delas, é possível articular saberes de História, Geografia, Artes, Sociologia, Ensino Religioso, Língua Portuguesa e Literatura, promovendo um ensino contextualizado e afetivamente engajado, que possibilite ao aluno uma aprendizagem integral.

Metodologia: pedagogia do território e projetos interdisciplinares

Propõe-se, neste tópico, uma metodologia de base freireana, dialógica, investigativa e crítica. Compreende-se que o ensino só é efetivo quando parte da realidade vivida pelos alunos, Segundo Freire (1996, p.15) “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Ensinar exige pesquisa. Ensinar exige curiosidade”.

Uma abordagem interdisciplinar permite que disciplinas como História, Geografia, Sociologia, Artes, Religião e Língua Portuguesa desenvolvam projetos comuns, como a produção de textos, registros fotográficos, entrevistas com devotos e lideranças locais, exposições e vivências nas celebrações. De acordo com Freire (1996, p. 12), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção”.

Trabalhar com as festas locais exige do professor a mesma postura: sair do lugar de autoridade e tornar-se mediador, pesquisador, junto com os alunos, sensível às linguagens da comunidade. Nesse sentido, é imprescindível que a educação resgate o vínculo com o território, com a cultura local e com os saberes do povo, pois só assim formará sujeitos conscientes de seu papel na transformação da realidade.

A metodologia ativa e crítica visa formar alunos autores de seu território, capazes de compreender a cultura como campo de disputa e resistência. A interdisciplinaridade, aqui, não é mera junção de conteúdo, mas a costura de olhares, saberes e linguagens que atravessam a festa como experiência viva. Acerca da Educação Patrimonial, Florêncio (2016, p. 5) “[...] considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural”.

Ao adotar a pedagogia do território e ao se fundamentar em projetos interdisciplinares, a escola ressignifica sua função social, de aproximar o conhecimento acadêmico das práticas culturais vivas da comunidade. A metodologia enraizada nos princípios freireanos e no reconhecimento do patrimônio como processo dinâmico favorece a formação de sujeitos críticos e participativos, capazes de compreender a cultura não apenas como herança, mas como construção contínua.

Ademais, o trabalho pedagógico com as festas populares e religiosas se torna, ao mesmo tempo, um ato de preservação da memória e de transformação social, reafirmando o papel da educação como prática libertadora e promotora de pertencimento coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É legítimo afirmar que a histórica Cidade de Goiás ensina por seus becos, por suas celebrações, por seus batuques e no tocar dos sinos. Ensina na noite das tochas do Fogaréu, nos passos das procissões silenciosas da Semana Santa, nas máscaras do Carnaval que satirizam o cotidiano, nas romarias que culminam nos festejos de Nossa Senhora Aparecida em Areias. A cidade ensina porque vive sua memória. E a escola, quando se permite escutar o território, também aprende. Aprende que a cultura é um bem vivo, que o patrimônio não é só pedra e cal, mas está nos corpos que dançam, rezam e resistem.

Defende-se a Educação Patrimonial como caminho legítimo para uma escola pública democrática, sensível à cultura local e comprometida com a formação cidadã. A partir das festas populares e religiosas da Cidade de Goiás, propõe-se uma abordagem crítica e interdisciplinar, com base nas diretrizes da BNCC e das legislações pertinentes à Educação Patrimonial. A festa é compreendida neste artigo como pedagogia viva, lugar de memória (Nora, 1993), de identidade (Hall, 1997), de religiosidade simbólica (Eliade, 1992) e de resistência popular (Amaral, 1998).

Ademais, a proposta metodológica articula escuta ativa, investigação, criação e retorno à comunidade, estabelecendo um ciclo formativo dinâmico e integrado. Essa abordagem valoriza o protagonismo dos estudantes, os incentivando a explorar e compreender suas próprias origens e expressões culturais. Ao documentar e refletir sobre as festas populares, os alunos passam a se ver como participantes ativos da vida cultural e social de sua comunidade. Nesse processo, a escola assume um papel de coautoria e corresponsabilidade, consolidando-se como um espaço de aprendizagem significativo, onde se fortalecem os vínculos de identidade e pertencimento.

Nesse sentido, compreender os bens culturais como construções políticas, sociais e afetivas significa reconhecer que seu uso na educação pode fomentar práticas pedagógicas libertadoras e decoloniais. A festa, nesse contexto, não se limita ao estatuto de conteúdo didático: ela se transforma em ferramenta pedagógica, em espaço de crítica e ação. Como prática viva, ela instaura um território potente para o exercício da cidadania cultural, permitindo que sujeitos históricos afirmem suas vozes, narrativas e modos próprios de existência.

Conclui-se, portanto, que fomentar a Educação Patrimonial a partir de rituais festivos é construir uma escola mais viva, conectada à realidade dos alunos e comprometida com uma formação integral. Trata-se de reconhecer a potência educativa das manifestações populares e sua capacidade de dialogar com saberes diversos. A valorização da escuta, da pluralidade e das identidades locais se torna central neste processo. Assim, a escola se aproxima da vida, da experiência e da cultura, distanciando-se de modelos descontextualizados de

ensino. Ao integrar o patrimônio cultural ao currículo, amplia-se o repertório formativo e fortalece-se o pertencimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita de Cássia Peixoto. **Festa à brasileira: significados do festejar no país que "não é sério"**. São Paulo: USP, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas: Papyrus, 1989. Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 1937**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: sige.educacao.gov.br/sige/modulos/academico/ave_aluno_cad.asp#>. Acesso em: 05 jun. 2025.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas e instrumentos**. São Paulo: Belo Horizonte: Anablume: IEDS, 2009.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. Diversidade e identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade – GO. 2010. 182 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tesdeserver/api/core/bitstreams/57a4107e-5778-4113-ac2d-e99289dbf6b5/content>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. Educação patrimonial e cidadania cultural: um diálogo possível. In: **IV Encontro Nacional de Educação Patrimonial**. Salvador: IPHAN, 2009.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília-DF, 2016. Disponível em: inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, n. 22, v. 2, jul./dez. 1997, p. 15-46.

IPHAN – MINC. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

IPHAN. **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016**. Disponível em: <Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SCIFONI, Simone. Patrimônio cultural e educação: desafios para a escola pública. In: Encontro Nacional de Educação Patrimonial, 3., 2010, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: IPHAN, 2010. p. 45-57.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 43, 255310, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zK7BLX6XmXMX5QnZFhLbRBS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

TAMASO, Isabela. Festas e Procissões da Cidade de Goiás: O Patrimônio em Movimento. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011.

TAMASO, Isabela. **Patrimônio como processo: vivências, memórias e disputas culturais**. Goiânia: Editora UFG, 2020.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p. 133-148, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/158560>. Acesso em: 23 jun. 2025.

TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira. **Educação patrimonial recurso eletrônico: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático; 5). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.